

## Os “jabutis” e a fadiga elétrica<sup>1</sup>

Edvaldo Santana<sup>2</sup>

Nos últimos 10 anos, o volume de subsídios no setor elétrico foi da ordem de R\$ 140 bilhões. Dia 11 de dezembro, o “subsidiômetro”, portal da Aneel que permite acompanhar, em tempo real, os gastos com diferentes subvenções, mostrava que era R\$ 38,5 bilhões o total da conta de desenvolvimento energético (CDE) apenas em 2024. Desse total, R\$ 11 bilhões, R\$ 10,2 bilhões e R\$ 8,3 bilhões eram, respectivamente, para subsidiar o uso da rede pelos geradores renováveis e grandes consumidores, beneficiar os usuários da geração distribuída (GD), ou aqueles que possuem placas fotovoltaicas em suas casas ou comércios, e pagar os combustíveis fósseis utilizados na região Norte.

Nota-se que cerca de 70% das despesas com a CDE são destinadas para subsidiar desnecessariamente fontes renováveis (principalmente a solar e a eólica), os grandes consumidores do mercado livre e os consumidores e empresas que investem em placas fotovoltaicas. Um detalhe: 60% da CDE, que será superior a R\$ 40 bilhões em 2025, são utilizados para beneficiar o segmento de geração, inclusive por combustíveis fósseis. Quem paga a conta? Todos os consumidores, só que os pequenos, que não têm como migrar para o mercado livre, pagam muito mais e não têm acesso aos subsídios. Injustiça tarifária na veia.

Estranhamente, muita gente, como bonecos de ventríloquo, até com bons conhecimentos do tema, tem repetido que “o Brasil é o país da energia barata e tarifa cara”, como se os custos diretos fossem pequenos, mas os encargos e os subsídios aumentassem a conta de luz. Não é assim. A maior parte dos subsídios é efetivamente um custo direto de geração de energia, embora sejam erradamente apropriados como encargos.

Tive acesso a um estudo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), que detalha os intrincados custos de geração. O óleo combustível e a nuclear, com mais de R\$ 370/MWh, representam o maior de todos. Em seguida, não se surpreenda, vêm as usinas hidrelétricas (UHEs) com mais de R\$ 310/MWh. A eólica e a solar, quando acrescidos os subsídios, também têm custo superior a R\$ 300/MWh, que é maior que o de uma usina termelétrica (UTE) a gás natural.

A Abraceel atualizou o preço do mercado livre até 2023. O resultado é R\$ 179/MWh, que foram comparados aos mais de R\$ 320/MWh pagos pelos consumidores não livres - só pela geração. O sobrecusto total é de quase R\$ 38 bilhões. É uma cavalari transferência de renda de quem não pode para quem pode mais, tudo isso sob o olhar do Congresso Nacional, que reivindica um lugar no pedestal de fiscal dos custos, mas faz o contrário.

Há outro número preocupante. O mercado livre, claro, prioriza a contratação das fontes mais baratas, mas também compra energia das UHEs. Porém, a totalidade das UTEs com combustíveis fósseis mais caros, que inclui o óleo combustível e o diesel, é contratada apenas pelos consumidores cativos. Em palavras diretas, a segurança do

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/os-jabutis-e-a-fadiga-eletrica.ghtml> Acessado em 18.12.2024

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

sistema proporcionada pelas caríssimas UTEs é 100% paga pelos pequenos consumidores, numa prática que denomino de regulação por crueldade.

PL das eólicas offshore cria reserva de mercado e promove elevação de custos maior que R\$ 20 bi ao ano, por 25 anos

Como a segurança e a confiabilidade estão a cada ano mais vulneráveis, o governo tem sido obrigado a programar a realização de leilões de reserva de capacidade, o que implica contratar, até 2027, mais de 12 GW de UTEs com preços acima de R\$ 1.200/MWh. Ou seja, outro “trem” de despesas está em curso, e em marcha acelerada.

Dia 12 dezembro o Senado, com voto de 40 de seus titulares, aprovou o Projeto de Lei (PL) 576, que trata das eólicas offshore. A ideia é boa, mas vem acompanhada de uma estratégia estúpida. O PL sequer é criativo na imposição dos “jabutis”. Um deles, que cria reserva de mercado e promove uma elevação de custos maior que R\$ 20 bilhões ao ano, por 25 anos, modifica e amplia aquele (na época) inédito dispositivo de 3.000 caracteres da lei de privatização da Eletrobras.

Se você não notou, o valor total de R\$ 500 bilhões irá para sua conta de luz a um custo de R\$ 12,5 bilhões por senador. A Câmara Alta, com esse PL, inaugurou nova métrica de subsídios, quantificada em reais por senador.

E o PL comete uma desatenção conceitual, que até um aluno do 1º ano do curso de energia perceberia. Embora o tal dispositivo de mais de 3.000 palavras determine a contratação de reserva de capacidade com inflexibilidade de 70%, outro parágrafo, o 12º, especifica que o preço deverá observar a “flexibilidade requerida”.

Inflexibilidade de 70% significa que as UTEs receberão como se fossem acionadas no mínimo 6.132 horas ao ano, que é muito mais que a operação de uma UHE. Flexibilidade requerida, por outro lado, é o mesmo que atribuir ao operador do sistema o poder de definir quanto deve ser utilizado da UTE. Quando é assim, o custo da UTE é maior, pois ela será pouco acionada.

É, então, um “bruto jabuti”. A depender da interpretação, a UTE pode ser usada por 1.000 horas ou menos, a um preço de R\$ 1.500/MWh, mas com uma receita equivalente a 6.132 horas. E essas UTEs, como energia inflexível, não foram requeridas pelo poder concedente. É isso mesmo?

E o PL define prazo infinito para leiloar essas UTEs. Se em 2025, em razão da inexistência de demanda, não for contratado tudo o que querem e onde querem os parlamentares, serão realizados novos leilões, até que o desejo seja saciado. É a nova prática de planejamento, que, na era medieval, seguia a vontade do monarca.

Claro que o Congresso não deve fechar os olhos para o desenvolvimento regional decorrente do uso do gás, muito menos para os efeitos sociais associados ao fim dos contratos das UTEs a carvão. Mas isso deve ser objeto de uma ampla discussão técnica e política, e não de “jabutis”.

O setor elétrico, não tenho dúvida, passa, há um bom tempo, por uma fadiga crônica. Só tenho dúvida se é física ou mental. Ou será outra coisa?